

# Orçamento

GAZETA MERCANTIL

21 SET 1989

## gera aumento dos impostos

por Arnolfo Carvalho  
de Brasília

O orçamento de 1990 que o governo enviou ontem ao Congresso, com despesas e receitas correntes equivalentes a 18,9% do Produto Interno Bruto (PIB), ou US\$ 75,1 bilhões, exigirá um aumento de impostos e contribuições das empresas para gerar uma arrecadação adicional de 1,5% do PIB, ou cerca de US\$ 6 bilhões.

Desse total, o equivalente a US\$ 1,81 bilhão destina-se a cobrir os novos benefícios previdenciários criados pela Constituição, resultando do aumento de 1% para 1,2% na contribuição ao Finsocial, calculada sobre o faturamento bruto das empresas, e da elevação de dois pontos percentuais na alíquota da contribuição sobre o lucro anual.

A contribuição sobre o lucro das empresas em geral passará de 8% para 10% e incluirá também os ganhos

resultantes de exportações, até agora isentos. As instituições financeiras terão de recolher à Previdência 14% dos seus lucros anuais, e não mais os 12% atuais.

A preços de maio último, o aumento do Finsocial vai gerar uma receita adicional de NCz\$ 930 milhões e as novas alíquotas da contribuição sobre o lucro permitirão um ganho de NCz\$ 1,25 bilhão, pelos cálculos do titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), Pedro Pullen Parente.

Essas medidas passam a integrar o pacote tributário que o governo enviará este mês ao Congresso, que exigiu a implantação dos novos benefícios previdenciários ao longo do próximo ano.

Para financiar despesas do orçamento fiscal da União — cuja realização dependerá da aprovação do pacote — a arrecadação tributária terá de ser ampliada em outros NCz\$ 4,99 bilhões, equivalentes a 1,04% do PIB, ou US\$ 4,16 bilhões.

Para isso o governo conta com outras nove medidas fiscais, propostas pelo próprio Executivo ou decorrentes de projetos legislativos já em tramitação no Congresso, além da taxaço de bens supérfluos. O conjunto de alterações na legislação tributária será detalhado nas próximas semanas em mensagem ao Parlamento, que receberá também o texto completo da proposta orçamentária, cujo resumo foi encaminhado ontem.

As medidas de maior impacto tributário são na área do Imposto de Renda, onde a redução dos incentivos fiscais (preservando as regiões Norte e Nordeste) deve gerar mais NCz\$ 950 milhões (US\$ 791 milhões). A nova alíquota de 25% sobre a parcela de 3,5% do lucro presumido das microempresas, até agora isentas, resultará em outros NCz\$ 950 milhões, segundo a Secretaria da Receita Federal.

O projeto da lei orçamentária, assinado pelo presidente José Sarney após o acordo entre parlamentares e a Secretaria de Planejamento (Seplan) em torno da Previdência, abrange o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das empresas estatais.

Em conjunto, os três orçamentos prevêem despesas e receitas totais de NCz\$ 298,7 bilhões, correspondentes a 62,7% do PIB projetado, com crescimento de 2% em 1990. Pela taxa média de câmbio utilizada no orçamento, esse montante equivale a US\$ 249 bilhões, incluindo o resultado de operações de crédito.

Somente o refinanciamento do principal da dívida mobiliária consumirá NCz\$ 160,5 bilhões. Considerando apenas as despesas e receitas correntes (que excluem receitas de capital), o orçamento da seguridade social está estimado em NCz\$ 48,3 bilhões — superior, portanto, aos NCz\$ 41,7 bilhões do orçamento fiscal. A receita tributária somada às contribuições cobrirá NCz\$ 38 bilhões desse total.